



Artigo

A distribuição geográfica dos investimentos públicos em turismo no Brasil de 2003 a 2018

The geographical distribution of public investments in tourism in Brazil from 2003 to 2018

La distribución geográfica de las inversiones públicas en turismo en Brasil de 2003 a 2018

Carolina Todesco – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Isadora Shirlyayne Silva Adelino - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Palavras-chave:

Programas e Projetos de Turismo
Investimentos Públicos em
Turismo
Ministério do Turismo

Resumo

Os investimentos públicos em turismo assumem um importante papel no desenvolvimento das destinações pois, em tese, visam geralmente a melhoria da infraestrutura urbana, a promoção turística, a qualificação dos serviços, o apoio à comercialização dos produtos, a gestão e o planejamento do turismo. No Brasil, o principal órgão oficial de turismo, o Ministério do Turismo, de 2003 a 2018, investiu um montante superior a R\$ 17 bilhões. Considerando a relevância dos investimentos públicos para o desenvolvimento do turismo, a pesquisa teve como objetivo revelar a distribuição geográfica e o perfil dos recursos aplicados pelo Ministério do Turismo, no período de 2003 a 2018. A metodologia deste estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva e quantitativa, visto que se fundamenta principalmente no levantamento e análise da execução orçamentária em turismo realizado pelo governo federal brasileiro, tendo como principal fonte de informação os Relatórios de Execução Orçamentária da União. Tais relatórios permitem filtrar os recursos executados por órgão, programa, projeto e localidade. Desta forma, os dados obtidos permitiram visualizar a distribuição geográfica dos investimentos públicos em turismo no Brasil, revelando as regiões do país que concentram os recursos e as regiões negligenciadas, conforme as áreas de investimento. Em relação ao perfil dos investimentos, conclui-se que a área de Infraestrutura Básica e Turística concentrou 68,2% do total dos recursos aplicados pelo MTur. A segunda área de maior investimento é a de Promoção Turística (18,4%), e as áreas menos privilegiadas são Gestão e Planejamento (3,7%), Qualificação dos Serviços (2,2%), Comercialização de Produtos (0,8%) e Estudos e Sistemas de Informação (0,4%). O Nordeste foi a região que concentrou os investimentos públicos em turismo ao longo de 17 anos, representando 20,4% do total investido, com destaque para os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia e Alagoas. A região Sudeste captou 8,6%, com destaque para os estados de Minas Gerais e São Paulo. Os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo não apresentaram um investimento expressivo comparado a MG e SP. A região Sul abarcou 4,8% dos investimentos. Os estados da região Centro-Oeste e Norte são os mais negligenciados em relação aos investimentos públicos em turismo, abarcaram respectivamente 3,8% e 3,5% dos

recursos no decorrer de 17 anos de atuação do Ministério do Turismo. Por conta da falta de detalhamento nos Relatórios de Execução Orçamentária da União, não foi possível identificar o destino de 59% dos recursos aplicados pelo MTur, demonstrando a falta de transparência dos gastos públicos no Brasil.

Keywords:

Tourism Programs and Projects
Public Investments in Tourism
Ministry of Tourism

Abstract

Public investments in tourism play an important role in the development of destinations, as, in theory, they are generally aimed at improving urban infrastructure, promoting tourism, qualifying services, supporting the marketing of products, and managing and planning tourism. In Brazil, the main official tourism body, the Ministry of Tourism, from 2003 to 2018, invested an amount in excess of R\$ 17 billion. Considering the relevance of public investments for the development of tourism, the research aimed to reveal the geographical distribution and the profile of the resources applied by the Ministry of Tourism, in the period from 2003 to 2018. The methodology of this study is characterized as a descriptive and quantitative, since it is based mainly on the survey and analysis of budget execution in tourism carried out by the Brazilian federal government, having as its main source of information the Union's Budget Execution Reports. Such reports allow to filter the resources executed by agency, program, project and locality. In this way, the obtained data allowed to visualize the geographic distribution of public investments in tourism in Brazil, revealing the regions of the country that concentrate the resources and the neglected regions, according to the investment areas. Regarding the investment profile, it is concluded that the Basic and Tourism Infrastructure area concentrated 68.2% of the total resources applied by MTur. The second area of greatest investment is Tourism Promotion (18.4%), and the least privileged areas are Management and Planning (3.7%), Qualification of Services (2.2%), Product Marketing (0, 8%) and Studies and Information Systems (0.4%). The Northeast was the region that concentrated public investments in tourism over 17 years, representing 20.4% of the total invested, with emphasis on the states of Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia and Alagoas. The Southeast region captured 8.6%, with emphasis on the states of Minas Gerais and São Paulo. The states of Rio de Janeiro and Espírito Santo did not show significant investment compared to MG and SP. The South region covered 4.8% of investments. The states of the Midwest and North regions are the most neglected in relation to public investments in tourism, covering 3.8% and 3.5% of resources respectively over the 17 years of activity of the Ministry of Tourism. Due to the lack of detail in the Union's Budget Execution Reports, it was not possible to identify the destination of 59% of the resources applied by the MTur, demonstrating the lack of transparency in public spending in Brazil.

Palabras clave:

Programas y Proyectos Turísticos
Inversiones Públicas en Turismo
Ministro de Turismo

Resumen

Las inversiones públicas en turismo juegan un papel importante en el desarrollo de los destinos, ya que, en teoría, generalmente están orientadas a mejorar la infraestructura urbana, promover el turismo, calificar los servicios, apoyar la comercialización de productos y gestionar y planificar el turismo. En Brasil, el principal organismo oficial de turismo, el Ministerio de Turismo, de 2003 a 2018, invirtió un monto superior a R \$ 17 mil millones. Considerando la relevancia de las inversiones públicas para el desarrollo del turismo, la investigación tuvo como objetivo conocer la distribución geográfica y el perfil de los recursos aplicados por el Ministerio de Turismo, en el período de 2003 a 2018. La metodología de este estudio se caracteriza por ser descriptiva y cuantitativo, ya que se basa principalmente en el relevamiento y análisis de ejecución presupuestaria en turismo realizado por el gobierno federal brasileño, teniendo como principal fuente de información los Informes de Ejecución Presupuestaria de la Unión. Dichos informes permiten filtrar los recursos ejecutados por agencia, programa, proyecto y localidad. De esta manera, los datos obtenidos permitieron visualizar la distribución geográfica de las inversiones públicas en turismo en Brasil, revelando las regiones del país que concentran los recursos y las regiones desatendidas, según las áreas de inversión. En cuanto al perfil de inversión, se concluye que el área de Infraestructura Básica y Turística concentró el 68,2% del total de recursos aplicados por MTur. La segunda área de mayor inversión es Promoción Turística (18,4%), y las áreas menos privilegiadas son Gestión y Planificación (3,7%), Calificación de Servicios (2,2%), Marketing de Producto (0, 8%) y Estudios y Sistemas de Información (0,4%). El Nordeste fue la región que concentró la inversión pública en turismo a lo largo de 17 años, representando el 20,4% del total invertido, con énfasis en los estados de Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahía y Alagoas. La región Sudeste capturó el 8,6%, con énfasis en los estados de Minas Gerais y São Paulo. Los estados de Río de Janeiro y Espírito Santo no mostraron inversiones significativas en comparación con MG y SP. La región Sur cubrió el 4.8% de las

Recebido em: 06/11/2020.
Aprovado em: 27/01/2021
Revisado por Pares.



inversiones. Los estados de las regiones Medio Oeste y Norte son los más desatendidos en relación a la inversión pública en turismo, cubriendo el 3,8% y el 3,5% de los recursos respectivamente durante los 17 años de actividad del Ministerio de Turismo. Debido a la falta de detalle en los Informes de Ejecución Presupuestaria de la Unión, no fue posible identificar el destino del 59% de los recursos aplicados por el MTur, lo que demuestra la falta de transparencia del gasto público en Brasil.

Como citar APA: Todesco, C.; Adelino, I. S. S.. (2021). A distribuição geográfica dos investimentos públicos em turismo no Brasil de 2003 a 2018. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, Brasília, 9 (2), Mai./ago.. 10.26512/revistacenario.v9i2.35012

Introdução

Os investimentos públicos em turismo são assumidos pelos governos, especialmente de países emergentes, como um importante meio para o crescimento econômico nacional, geração de emprego e renda e diminuição das desigualdades regionais (Rosentraub & Joo, 2009; Fayssa et al., 2011). Apesar desta afirmação ser passível de contestação, de fato, o setor público geralmente é responsável pela promoção do turismo, o fornecimento de infraestrutura básica, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e pela proteção ambiental que o setor privado em regra não assume (Nawaz & Hassan, 2017).

No Brasil, os investimentos públicos em turismo são planejados, desenvolvidos e executados pelo Ministério do Turismo (MTur), desde 2003, quando foi instituído na estrutura do governo federal. Apesar de os estados e municípios terem autonomia para desenvolverem e executarem programas na área do turismo, em grande medida são dependentes dos recursos públicos oriundos do governo federal, o que torna a atuação do MTur ainda mais proeminente.

No período de 2003 a 2016, conforme Todesco e Silva (2017), o Ministério do Turismo executou um montante de R\$17,7 bilhões, incluindo nesse valor tanto gastos discricionários, ou seja, investimentos, como também gastos obrigatórios, tal como folha de pagamento de servidores públicos. No trabalho, os autores concluem que o Ministério do Turismo teve seu período áureo orçamentário no segundo mandato do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, com investimentos concentrados em infraestrutura e promoção turística, e iniciou seu declínio a partir de 2011. No auge da crise política e econômica, em 2015 e 2016, o MTur teve seu orçamento reduzido drasticamente, momento em que as despesas com os servidores foram maiores que o volume de recursos para investimento (Todesco & Silva, 2017).

Apesar de terem se aprofundado no perfil dos investimentos realizados pelo MTur, nos diferentes mandatos governamentais, os estudos de Todesco e Silva (2017), entretanto, não revelam as localidades receptoras dos investimentos públicos efetuados no Brasil pelo MTur, deixando uma lacuna para novas pesquisas.

Portanto, partindo do pressuposto de que o Estado é um importante agente de turistificação dos lugares (Knafou, 2001; Cruz, 2001, 2018), temos as seguintes indagações: Quais municípios, estados e regiões do Brasil capitanearam os investimentos públicos em

turismo efetuados pelo governo federal por meio do Ministério do Turismo? Quais foram as principais áreas de investimento?

Destarte, o presente trabalho tem como principal objetivo revelar a distribuição geográfica e o perfil dos recursos públicos investidos pelo Ministério do Turismo, no período de 2003 a 2018, e, conseqüentemente, apresentar os municípios, os estados e as regiões do país que concentraram os investimentos públicos em turismo aplicados ao longo de 17 anos.

Esse estudo é pertinente para subsidiar as discussões sobre a relação entre investimento público e desenvolvimento turístico das destinações receptoras, como também corroborar com as análises das desigualdades regionais no Brasil induzidas ou mitigadas pelo turismo.

Orçamento Público em Turismo

Ao lançar uma questionamento importante sobre orçamento público, ainda na década de 1940, Key Jr. (1940) expõe sua crítica à ausência de uma teoria orçamentária capaz de basear as decisões do Estado na alocação dos recursos públicos: “On what basis shall it be decided to allocate x dollars to activity A instead of activity B?”. O que significa, para o autor, em última análise, que as decisões sobre o destino dos recursos são baseadas em preferências ao satisfazer uma demanda em detrimento de outra, tornando o processo decisório um campo de conflitos de interesses entre os diferentes grupos de pressão. A indagação de Key Jr. sugere que o problema poderia ser solvido com a aplicação de uma teoria econômica. Posteriormente, a teoria da escolha racional, desenvolvida por Simon (1955), passa a ter grande repercussão.

Em contraponto, Lindblom (1959, 1979) defende que escolhas racionais em decisões políticas pressupõem capacidades intelectuais e fontes de informações que as pessoas simplesmente não possuem e por isso considera que a teoria da escolha racional é uma abordagem equivocada para o campo político, ainda mais quando se verifica que o tempo e o recurso alocáveis a um problema são limitados. Nesse sentido, Wildavsky (1975), baseado nas teorias de Lindblom, desenvolve a teoria da orçamentação incremental, a qual compreende que o principal fator para definir o tamanho e o conteúdo do orçamento de um ano é o orçamento do ano anterior, com pequenas variações, dada a racionalidade limitada e a escassez de tempo que a administração pública tem para avaliar o mérito dos inúmeros programas, com a grande complexidade de variáveis e questões a serem ponderadas.

A teoria incrementalista, defendida por Lindblom (1959, 1979), Wildavsky (1961, 1975) e Caiden & Wildavsky (1980), considera, portanto, que os recursos governamentais para uma dada política pública não partem do zero, mas de decisões marginais e incrementais. Sendo assim, para Wildavsky (1961, p. 190), a pergunta correta seria: “how is it decided to allocate X funds to activity A and not activity B”, no intuito de ressaltar o aspecto político do processo de definição da peça orçamentária.

Apesar dessa teoria ter perdido parte do seu poder explicativo, por conta das profundas reformas ocorridas em vários países provocadas pelo ajuste fiscal, ainda assim, conforme Souza (2006), os que trabalham nos governos e os que pesquisam sobre orçamento público conhecem bem a força do incrementalismo.

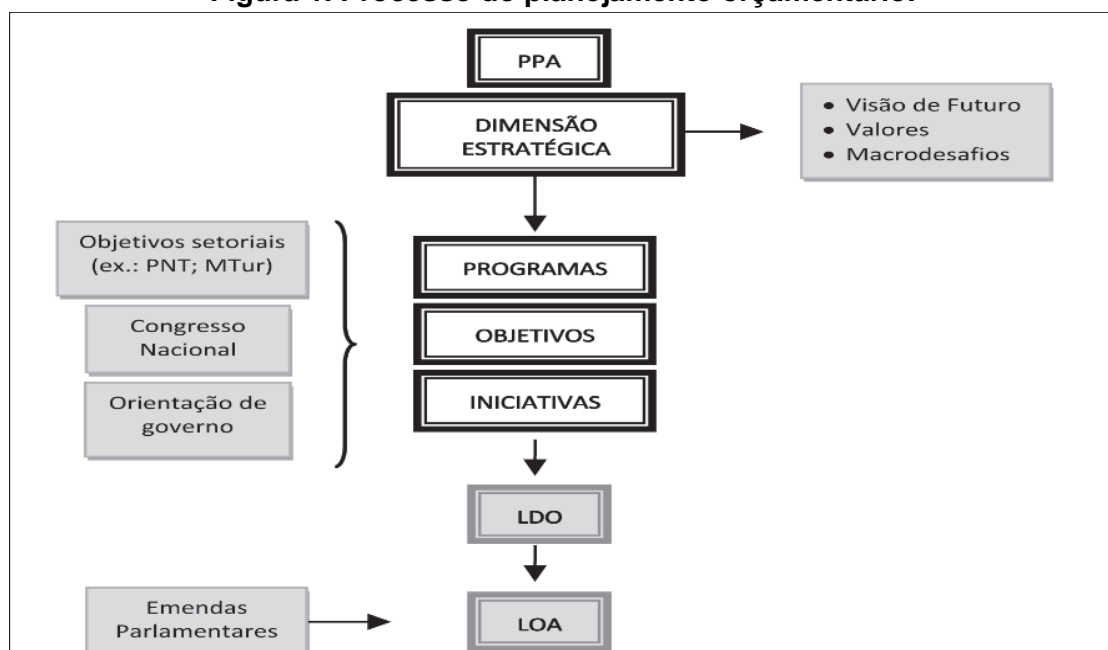
Ao analisar o comportamento do gasto público federal brasileiro, no período de 1995 a 2014, Fittipaldi et al. (2017) concluem que o gasto social no país apresentou um padrão incremental, porém não pôde concluir o mesmo para o gasto econômico, já que este se apresentou em 2014 praticamente no mesmo patamar de 1995.

Para analisar, entretanto, o gasto público, é preciso antes compreender o planejamento orçamentário e as instituições e os atores mais influentes nesse processo. No Brasil, cabe primeiramente ao poder executivo elaborar a proposta orçamentária, o que significa que os órgãos da Administração Direta e Indireta precisam realizar o planejamento de suas ações e seus respectivos gastos para que seja encaminhado para o poder legislativo apreciar e deliberar, passando pela Câmara dos Deputados e pelo Senado do Congresso Nacional. Na fase de diálogo com os deputados e senadores é comum haver aumento, corte e remanejamento na proposta, denominados de emendas parlamentares. É nesse momento em que se intensifica o caráter político do orçamento, quando se estabelece na arena política os conflitos e as barganhas entre o poder executivo e o poder legislativo, onde os atores mais influentes deixarão impressos seus interesses (públicos e/ou privados) no rateio e direcionamento dos recursos públicos. Diversos autores se dedicam em analisar esse processo (Pires & Motta, 2006; Abreu et al., 2012; Rocha et al., 2013; Abreu & Câmara, 2015; Fortis & Gasparini, 2017).

O planejamento orçamentário brasileiro, representado pela figura 1 elaborada por Lemos (2013), inicia-se com o Plano Plurianual (PPA) que deve conter os programas definidos pelo governo para o período de quatro anos, que será contemplado anualmente por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA, portanto, é o primeiro instrumento de planejamento que deve ser elaborado, com a função de estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas a serem executadas pela administração pública federal em médio prazo (4 anos). Cabe lembrar que o PPA é produzido no primeiro ano de cada governo e avança sua vigência até o primeiro ano do governo sucessor. As diretrizes do PPA devem ser respeitadas e constar na LDO, a qual tem como função definir as regras, limites e prioridades de ação do governo, orientando os investimentos para o período de um ano. E por último, a LOA deve conter a estimativa do total da receita e a fixação das despesas para o exercício fiscal de um ano, sendo o último instrumento do planejamento a ser elaborado.

Figura 1. Processo do planejamento orçamentário.



Fonte: Lemos (2013, p. 1419)

O projeto da LOA, após ser formulado pelo poder executivo e ser encaminhado ao

Congresso Nacional para aprovação, sofre modificações por meio das emendas parlamentares, que como bem destaca Lemos (2013, p. 1421) “apesar da necessidade de estarem em consonância com os programas e metas setoriais do PPA, os parlamentares gozam de relativa liberdade no sentido de definirem a região contemplada e os projetos prioritários”.

Silva (2020), em sua tese sobre a interferência parlamentar no orçamento do Ministério do Turismo, apresenta a expressividade das emendas parlamentares na definição do orçamento do órgão (tabela 1), evidenciando que o direcionamento dos recursos públicos em turismo no Brasil se estabelece muito mais no âmbito do jogo político (em especial no Congresso Nacional), e muito menos no âmbito das decisões técnicas guiadas pelas diretrizes dos programas estabelecidos nos Planos Nacionais de Turismo, elaborados pelo MTur.

Tabela 1. Análise comparativa do orçamento do MTur e Emendas Parlamentares (2004-2016).

Ano	Autorizado	Liquidado	Emenda liquidada	% de emenda no orçamento liquidado	Orçamento sem emendas (liquidado)
2004	508.305.851.00	383.916.823.00	162.010.108.90	42%	221.906.714.10
2005	1.037.087.878.00	740.258.804.00	509.668.052.43	69%	230.590.751.57
2006	1.702.161.649.00	1.440.053.675.00	780.601.247.17	54%	659.452.427.83
2007	2.102.299.225.00	1.781.804.779.00	1.282.002.416.45	72%	499.802.362.55
2008	3.026.665.318.00	2.363.404.748.00	141.829.172.78	6%	2.221.575.575.22
2009	2.949.811.567.00	2.486.391.355.00	1.979.618.582.11	80%	506.772.772.89
2010	4.224.224.349.00	2.366.969.356.00	2.052.703.589.46	87%	314.265.766.54
2011	3.728.918.622.00	1.307.725.942.00	1.044.911.888.03	80%	262.814.053.97
2012	3.495.052.292.00	1.243.216.136.00	44.102.544.84	4%	1.199.113.591.16
2013	3.641.532.250.00	2.198.688.070.00	10.074.235.18	0%	2.188.613.834.82
2014	1.622.486.104.00	827.798.568.00	18.009.958.94	2%	809.788.609.06
2015	2.067.231.552.00	201.108.741.00	4.047.750.00	2%	197.060.991.00
2016	1.054.310.429.00	216.508.932.00	53.711.438.14	25%	162.797.493.86
Total	31.160.087.086.00	17.557.845.929.00	8.083.290.984.43	46%	9.474.554.944.57

Fonte: Silva (2020, p. 98).

Como se pode observar na tabela 1, nos anos de 2004 a 2011, as emendas parlamentares representaram grande parte do orçamento executado pelo MTur, chegando a corresponder 80%, 87% e 80%, respectivamente nos anos de 2009, 2010 e 2011. Nesse sentido, Lemos (2013, p. 1420) já alertara: “esses números dão uma mostra da atuação do Congresso Nacional na área do turismo e da alta proporção que as emendas parlamentares representam dentro do orçamento total do ministério”.

Com tamanha ingerência do poder legislativo no direcionamento dos investimentos do MTur, é razoável, portanto, questionar a eficiência dos gastos públicos no desenvolvimento do turismo das destinações. Vieira et al. (2018), numa proposta de modelo para mensurar a eficiência do gasto público do MTur para a competitividade de destinos turísticos, afirmam:

Os padrões de investimentos dos destinos eficientes permitem argumentar que a relação entre investimentos e competitividade não depende do montante alocado, mas da orientação estratégica dos investimentos. Destinos menos desenvolvidos demandam investimentos em recursos de suporte, como infraestrutura, de forma a adicionar valor aos seus recursos inatos. Destinos desenvolvidos, por outro lado, dependem mais de recursos relacionados com a gestão do destino, posicionamento estratégico de mercado e diversificação de seus atrativos. Os resultados indicam que os investimentos devem ser

realizados de acordo com o estágio de desenvolvimento do destino, o que ressalta o papel da gestão do destino, em especial das organizações de gestão do turismo, em identificar e orientar a aplicação dos recursos. (Vieira et al., 2018, p. 913)

Os estudos de Vieira et al. (2018) deixam evidentes que os investimentos públicos podem ser inócuos se não forem aplicados de forma estratégica, analisando o estágio de desenvolvimento de cada destinação e, conforme Silva (2020), se não forem ouvidas as instâncias de governança regionais.

Nesse sentido, identificar a distribuição geográfica dos investimentos públicos realizados pelo MTur é uma forma de contribuir para os estudos de análise do retorno dos investimentos públicos. Como também pode revelar as localidades que possuem representação política no Congresso Nacional com capacidade de exercer pressão no jogo político, tendo em vista o peso das emendas parlamentares no direcionamento da aplicação dos recursos do Ministério do Turismo.

Metodologia

A metodologia deste estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva e quantitativa, visto que se fundamenta principalmente no levantamento e análise da execução orçamentária em turismo realizado pelo governo federal brasileiro, tendo como principal fonte de informação os Relatórios de Execução Orçamentária da União, disponibilizados no site oficial da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional.

A análise dos investimentos públicos em turismo abarcou desde o ano da criação do Ministério do Turismo, em 2003, até 2018, ano do último Relatório de Execução Orçamentária da União disponível no período de realização da pesquisa. Os Relatórios são disponibilizados em banco de dados Access que permitem filtrar as informações por órgão executor, programa, projeto e localidade.

Para atingir o objetivo da pesquisa, num primeiro momento, foram identificados todos os programas executados pelo Ministério do Turismo de 2003 a 2018, conforme exposto no quadro 1. Os códigos dos programas assim como dos projetos são estabelecidos nos Planos Plurianuais (PPA) e constam nos Relatórios de Execução Orçamentária da União.

Quadro 1. Programas executados pelo Ministério do Turismo de 2003 a 2018.

Código	Programas em Atividades-Meio
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União
0681	Gestão da Participação em Organismos Internacionais
0750	Apoio Administrativo
0791	Valorização do Servidor Público
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)
0909	Operações Especiais: Outros Encargos
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais
2128	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo
Código	Programas em Atividades Finalísticas
0073	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
0410	Turismo: a Indústria do Novo Milênio
0414	Municipalização do Turismo
0631	Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária
1001	Gestão da Política de Turismo
1163	Brasil: Destino Turístico Internacional
1166	Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos
1166	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão
2062	Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

2076	Turismo
2076	Desenvolvimento e Promoção do Turismo
9998	Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR II

Fonte: Câmara dos Deputados. Relatórios de Execução Orçamentária da União (2003 a 2018).
Elaboração própria.

Num segundo momento, foram selecionados apenas os programas em áreas finalísticas, ou seja, os programas que têm por objetivo desenvolver o turismo nas diversas localidades do país. Já os programas nas atividades-meio, tais como programas de valorização do servidor, previdência de inativos, operações especiais, apoio administrativo, manutenção do Ministério do Turismo, não foram considerados, pois não são investimentos (gastos discricionários), mas sim gastos obrigatórios de manutenção da máquina pública.

Num terceiro momento, foram elencados os projetos executados no âmbito dos programas finalísticos, e classificados por área temática, tais como: 1. Infraestrutura Básica e Turística; 2. Promoção Turística; 3. Qualificação dos Serviços; 4. Comercialização dos Produtos; 5. Gestão e Planejamento; 6. Estudos e Sistema de Informação. Após a classificação dos projetos nas áreas temáticas, identificamos a distribuição geográfica dos investimentos efetuados em cada área por meio da elaboração de tabelas, gráficos e mapas. Vale destacar que todos os valores expostos na pesquisa estão em reais (R\$) e não estão atualizados pelos índices de inflação.

Resultados e Discussões

O Ministério do Turismo ao longo de 17 anos executou em atividades finalísticas cerca de R\$ 18,1 bilhões, por meio de programas incluídos nos Planos Plurianuais dos diferentes mandatos governamentais (tabela 2). Lembrando que no primeiro mandato do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva foi elaborado o PPA 2004-2007, no segundo mandato, o PPA 2008-2011, no primeiro mandato do governo presidente Dilma Rousseff, foi elaborado o PPA 2012-2015, e no segundo mandato, o PPA 2016-2019. Após o impeachment em 2016, o governo do presidente Michel Temer assume o PPA 2016-2019 elaborado pela gestão anterior.

Tabela 2. Valor executado em programas do MTur em áreas finalísticas (2003 a 2018).

CÓDIGOS	PROGRAMAS	TOTAL	ANO DE EXECUÇÃO
0410	Turismo: a Indústria do Novo Milênio	R\$ 45.959.199,96	2003
0414	Municipalização do Turismo	R\$ 53.638.879,02	2003
9998	Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur II	R\$ 5.038.656,65	2003
0631	Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária	R\$ 387.591.200,00	2003/2005/2006
0073	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	R\$ 24.401.876,59	2003 a 2011
1001	Gestão da Política de Turismo	R\$ 145.367.475,94	2004 a 2011
1163	Brasil: Destino Turístico Internacional	R\$ 950.035.381,82	2004 a 2011
1166	Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos	R\$ 3.428.659.112,00	2004 a 2007
1166	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	R\$ 7.748.317.757,74	2008 a 2011
2076	Turismo	R\$ 3.925.647.097,00	2012 a 2015
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	R\$ 85.089,00	2012 a 2015
2062	Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	R\$ 43.919,00	2016 a 2018
2076	Desenvolvimento e Promoção do Turismo	R\$ 278.642.229,00	2016 a 2018
TOTAL		R\$ 17.006.027.873,72	2003 a 2018

Fonte: Câmara dos Deputados. Relatórios de Execução Orçamentária da União (2003 a 2018).
Elaboração própria.

Cabe ressaltar que os programas **0410 – Turismo: a Indústria do Novo Milênio**, **0414 – Municipalização do Turismo**, **9998- Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR II** e **0631 – Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária** são referentes ao PPA 2000-2003, portanto, apesar de terem sido criados no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), tiveram recursos executados ainda no ano de 2003, totalizando R\$ 492,2 milhões.

O programa **0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, desenvolvido de 2004 a 2011, posteriormente, no PPA 2012-2015, foi denominado de **2076 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes**, e, no PPA 2016-2019, foi renomeado de **2076 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**. Ao total foram investidos nesses programas R\$24.530.884,59, especificamente em publicidade de utilidade pública e em campanha educativa de combate ao turismo sexual.

O programa **1166 - Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos**, incluído no PPA 2004-2007, posteriormente denominado de **1166 - Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão**, no PPA 2008-2011, foi o programa mais expressivo em termos de recursos, atingindo R\$ 11,1 bilhões em 8 anos de execução, correspondendo aos dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Durante o mesmo governo, outros dois programas de expressividade foi o **1001 – Gestão da Política de Turismo**, com um total executado de R\$ 145,3 milhões, e o **1163 - Brasil: Destino Turístico Internacional**, com R\$ 950,0 milhões, executados entre 2004 a 2011.

No PPA 2012-2015, elaborado pelo governo da presidente Dilma Rousseff, o MTur inclui o programa **2076 – Turismo**, que comparado ao antecessor (1166) executou um montante inferior, R\$ 3,9 bilhões, mesmo em período da realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Brasil, como salienta Todesco e Silva (2017).

Com a crise política e econômica que se acentua a partir de 2015, e se agrava com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, o programa renomeado de **2076 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo**, no PPA 2016-2019, executa R\$ 278,6 milhões em 3 anos, registrando o menor investimento, comparado aos mandatos governamentais anteriores.

É interessante observar que, conforme tabela 1, o governo de Dilma Rousseff executou, entre os anos de 2012 a 2015, um percentual muito baixo de emendas parlamentares por meio do MTur, variando de 0,5% a 4%. O que se pode supor que apesar de ter executado um orçamento menor comparado ao governo anterior, o MTur teve uma autonomia maior para definir o direcionamento dos recursos públicos em turismo, com menor interferência parlamentar. Em 2016, já sob o comando do governo Michel Temer, empossado após o *impeachment*, as emendas parlamentares passam a corresponder a 25% do orçamento executado do MTur.

A partir dos programas do Ministério do Turismo foi possível identificar os projetos que tiveram recursos liquidados, ou seja, executados entre os anos de 2003 a 2018. Os projetos foram classificados nas seguintes áreas temáticas: 1. Infraestrutura Básica e Turística; 2. Promoção Turística; 3. Qualificação dos Serviços; 4. Comercialização dos Produtos; 5. Gestão e Planejamento; 6. Estudos e Sistema de Informação. O quadro 2 apresenta o resultado da classificação dos projetos, elencados com os seus respectivos códigos.

Quadro 2. Projetos executados pelo MTur de 2003 a 2018, classificados por área temática.

Infraestrutura Básica e Turística		Promoção Turística		Qualificação dos Serviços		Comercialização de Produtos		Gestão e Planejamento Turístico		Estudos e Sistemas de Informação	
5112	Adequação da Infraestrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para Utilização Turística	5393	Campanha Educativa de Combate ao Turismo Sexual	4584	Avaliação da Qualidade dos Serviços Turísticos	8256	Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Interno	4092	Apoio ao Desenvolvimento das Regiões Turísticas Brasileiras	2433	Anuário Estatístico sobre o Turismo
1181	Adequação da Infraestrutura para Utilização Turística	4032	Campanha para a Promoção do Brasil como Destino Turístico Internacional	4044	Cadastramento das Empresas, dos Empreendimentos e dos Profissionais de Turismo	4624	Apoio à Estruturação dos Segmentos Turísticos	4120	Cooperação Técnica Internacional em Turismo	4040	Concessão de Prêmio para Monografias, Estudos e Reportagens no Setor de Turismo e Hotelaria
14KP	Adequação da Infraestrutura Turística Pública para os Grandes Eventos Esportivos	2435	Campanha para Promoção do Turismo Interno	6530	Capacitação de Profissionais na Área de Turismo	4054	Apoio à Projetos para a Integração dos Produtos Associados ao Destino Turístico	4092	Elaboração de Planos Municipais para o Desenvolvimento do Turismo	11YN	Elaboração de Estudos de Competitividade do Turismo Brasileiro
4622	Apoio à Estruturação de Destinos Turísticos	4038	Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional	4030	Certificação de Empreendimentos, Equipamentos e Produtos do Segmento Turístico	4034	Fomento à Comercialização e ao Fortalecimento dos Produtos Turísticos Brasileiros junto aos Operadores Internacionais	4092	Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas	10FC	Elaboração e Implementação de Estudos e Projetos Relacionados a Logística de Transportes
0564	Apoio à Projetos de Infraestrutura Turística	4054	Campanha para Promoção e Divulgação dos Produtos Associados ao Turismo	4198	Certificação de Profissionais associados ao Segmento de Turismo	1673	Fomento à Formação de Clubes da Melhor Idade	2968	Formulação e Acompanhamento da Política Nacional do Turismo	11Y3	Estudo para Estruturação do Proecotur - Fase II-
10V0	Apoio à Projetos de Infraestrutura Turística	2731	Captação, Promoção e Participação em Eventos Internacionais	4048	Classificação das Empresas, Empreendimentos e Equipamentos Turísticos	3781	Fomento à Produção de Artigos Artesanais para Consumo Turístico	5128	Fórum Mundial de Turismo, Paz e Desenvolvimento	2C01	Estudos e Pesquisas das Oportunidades de Investimentos no Âmbito do Ativo Turístico Brasileiro
7XB6	Apoio para Requalificação de Orla	8944	Cooperação para a Promoção Turística	4026	Concessão de Prêmio de Qualidade para Turismo e Hospitalidade	4052	Fomento à Produção Local e Distribuição de Produtos para Uso dos Empreendimentos Turísticos	2272	Gestão e Administração do Programa	5762	Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Turismo
7H12	Construção do Centro de Convenções	2659	Divulgação de Projetos Turísticos	2658	Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos	4624	Fomento ao Desenvolvimento dos Segmentos Turísticos	218G	Gestão e Inteligência Competitiva em Turismo-Nacional	1591	Estudos para o Desenvolvimento do Turismo Nacional
5701	Implantação de Centro de Informações Turísticas	2437	Formação da Imagem Turística do Brasil no Exterior	3782	Implantação de Centro de Formação para o Turismo	2C01	Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo	11Y1	Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Desempenho do Plano Nacional de Turismo	4084	Inventário da Oferta Turística
5399	Modernização da Infraestrutura Aeroportuária	1628	Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno	4056	Oficinas de Sensibilização e de Adequação dos Produtos para o Turismo	5130	Salão do Turismo - Roteiros do Brasil	1632	Oficinas para o Turismo	4104	Sistema de Informações Turísticas
109V	Modernização da Infraestrutura de Aeroporto	4620	Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno	4590	Qualificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo	218H	Sustentabilidade, Formalização e Posicionamento de	11YN	Plano de Competitividade e Estratégia Comercial		

							Produtos e Destinos Turísticos				
0316	Participação da União em Projetos de Infraestrutura Turística	2E04	Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo no Mercado Nacional e Internacional	4590	Qualificação e Certificação de Profissionais, Equipamentos, Serviços e Produtos para o Desenvolvimento do Turismo	4054	Valorização e Disseminação dos Produtos Associados Ao Turismo	11YN	Plano de Competitividade e Estratégia Comercial		
0E06	Participação da União em Projetos de Infraestrutura Turística no Âmbito do Prodetur	20Y3	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional	4590	Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo						
0173	Participação da União em Projetos de Infraestrutura Turística no Âmbito do Prodetur NE II - Na Região Nordeste	20Y5	Promoção Turística do Brasil no Exterior	2996	Sensibilização e Disseminação da Cultura da Qualidade, Hospitalidade e Inclusão Social do Turismo						
0316	Participação da União em Projetos de Infraestrutura Turística no âmbito do Prodetur Sul	8232	Promoção, Marketing e Apoio à Comercialização em Outros Mercados								
1630	Promoção do Turismo Sustentável Local	8224	Promoção, Marketing e Apoio à Comercialização no Mercado Europeu								
7H66	Revitalização de Feira	8230	Promoção, Marketing e Apoio à Comercialização no Mercado Latino-Americano								
2301	Sinalização Turística	8228	Promoção, Marketing e Apoio à Comercialização no Mercado Norte Americano								
1E12	Turismo de Inclusão Social-Aquisição de Ônibus	4641	Publicidade de Utilidade Pública								

Fonte: Câmara dos Deputados. Relatórios de Execução Orçamentária da União (2003 a 2018).
Elaboração própria.

No entanto, não foi possível classificar 9 projetos nas áreas temáticas, por conta da falta de detalhes sobre especificamente o âmbito das ações desenvolvidas. Esses projetos totalizam acima de R\$ 1,0 bilhão, conforme detalhado na tabela 3.

Tabela 3. Projetos não classificados nas áreas temáticas - área Indefinida.

CÓDIGO	PROJETO	TOTAL
0562	Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do Prodetur JK-Nacional	R\$ 2.090.352,00
10W8	Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do Prodetur NE II	R\$ 60.844.337,57
10WU	Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do Prodetur Sul	R\$ 11.200.000,00
0A50	Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do Proecotur - Fase II	R\$ 4.669.490,00
11Y3	Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do Proecotur - Fase II	R\$ 2.700.000,00
10X0	Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional	R\$ 773.475.559,12
14TJ	Participação da União na Implementação do Prodetur Nacional	R\$ 121.082.047,00
0746	Apoio à Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	R\$ 100.000,00
20Y4	Articulação e Ordenamento Turístico	R\$ 39.772.944,00
2B39	Fomento a Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social	R\$ 42.609.959,45
006R	Aguardando Descrição do SIAFI	R\$ 18.048.784,00
TOTAL	R\$ 1.076.593.473,14	

Fonte: Câmara dos Deputados. Relatórios de Execução Orçamentária da União (2003 a 2018).
Elaboração própria.

A partir dos projetos classificados nas áreas temáticas, pode-se observar a preponderância dos investimentos em Infraestrutura Básica e Turística, correspondendo a 68,2% dos gastos públicos em turismo no Brasil, efetuados de 2003 a 2018 (tabela 4), corroborando com a afirmação de Cruz (2001), de que as políticas de turismo no Brasil faz a vez das políticas urbanas. Os gastos em infraestrutura muito provavelmente pelo perfil das ações requerem um volume maior de recursos, e são, conforme Silva (2020), os preferidos dos deputados e senadores no momento de destinar as emendas parlamentares, pela visibilidade que podem obter em sua zona eleitoral.

Em seguida, a área com maior cobertura é a de Promoção Turística, com 18,4% dos investimentos. Posteriormente, as áreas menos privilegiadas são: Gestão e Planejamento (3,7%), Qualificação dos Serviços (2,2%), Comercialização de Produtos (0,8%) e Estudos e Sistemas de Informação (0,4%).

Tabela 4. Investimentos públicos do MTur de 2003 a 2018, por área temática.

Áreas Temáticas	Total Executado	%
Infraestrutura Básica e Turística	R\$ 11.590.366.112,64	68,2%
Promoção Turística	R\$ 3.129.411.798,60	18,4%
Indefinido	R\$ 1.076.593.473,14	6,3%
Gestão e Planejamento	R\$ 632.757.242,08	3,7%
Qualificação dos Serviços	R\$ 370.725.898,89	2,2%
Comercialização de Produtos	R\$ 135.107.942,49	0,8%
Estudos e Sistema de Informação	R\$ 71.065.405,88	0,4%
Total Geral	R\$ 17.006.027.873,72	100,0%

Fonte: Câmara dos Deputados. Relatórios de Execução Orçamentária da União (2003 a 2018).
Elaboração própria.

Para o levantamento das localidades em que os projetos foram executados, os Relatórios de Execução Orçamentária da União possibilitam identificar o nome do município ou do estado. Entretanto, há gastos em que a informação é dada por macrorregião (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) ou apenas é informado que o gasto foi executado em âmbito “Nacional”. A tabela 5 revela que 53,4% dos investimentos estão classificados como “Nacional”, não permitindo a identificação das localidades receptoras dos recursos públicos em turismo. 5,6% dos gastos estão com a denominação “A Classificar”, impossibilitando a identificação da localidade receptora dos investimentos (na tabela 5 consta como “Não Informado”).

Tabela 5. Investimentos públicos em turismo (em R\$), por macrorregião e área temática.

Macrorregião	Infraestrutura Básica e Turística	Promoção Turística	Qualificação dos Serviços	Comercialização de Produtos	Gestão e Planejamento	Estudos e Sistema de Informação	Indefinido	Total Geral	%
Nacional	4.514.471.888,78	2.335.721.875,36	335.104.228,74	135.007.942,49	626.427.245,08	69.765.405,88	1.057.852.526,14	9.074.351.112,47	53,4%
Nordeste	3.076.177.765,41	377.041.670,85	10.476.730,15		3.399.997,00	1.000.000,00	180.000,00	3.468.276.163,41	20,4%
Norte	535.026.964,98	44.370.766,78	7.600.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00	9.074.997,00	596.572.728,76	3,5%
Centro-Oeste	531.780.952,50	107.660.134,00	1.655.000,00		1.000.000,00		3.785.950,00	645.882.036,50	3,8%
Sudeste	1.228.298.460,00	211.320.139,66	11.559.940,00		1.830.000,00		1.950.000,00	1.454.958.539,66	8,6%
Sul	753.569.323,00	53.297.211,95	4.330.000,00				3.750.000,00	814.946.534,95	4,8%
Não Informado	951.040.757,97							951.040.757,97	5,6%
Total	11.590.366.112,64	3.129.411.798,60	370.725.898,89	135.107.942,49	632.757.242,08	71.065.405,88	1.076.593.473,14	17.006.027.873,72	100,0%

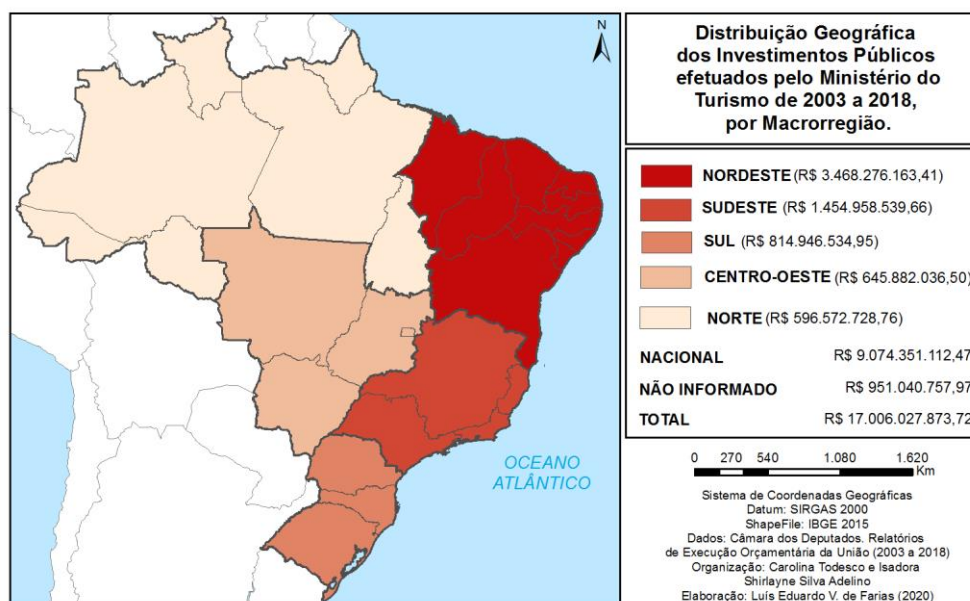
Fonte: Câmara dos Deputados. Relatórios de Execução Orçamentária da União (2003 a 2018).
Elaboração própria.

Entretanto, com as informações disponíveis de apenas 41% dos recursos, é possível verificar que a região Nordeste capitaneou mais de R\$ 3,4 bilhões, entre os anos de 2003 a 2018, representando 20,4%. Desse total, 88,7% foi destinado para a área de infraestrutura, 10,9% para promoção turística, 0,3% para qualificação dos serviços e 0,1% para gestão e planejamento.

Com um montante bem inferior ao aplicado no Nordeste, a segunda região com o maior volume de investimentos é o Sudeste, com R\$ 1,4 bilhão. Novamente, verifica-se a concentração de 84,4% dos recursos em infraestrutura, 14,5% em promoção turística, 0,8% em qualificação dos serviços e 0,1% em gestão e planejamento. Nota-se, portanto, que mesmo sendo a região mais desenvolvida do país, os investimentos em turismo em termos relativos são semelhantes ao perfil dos investimentos efetuados na região Nordeste.

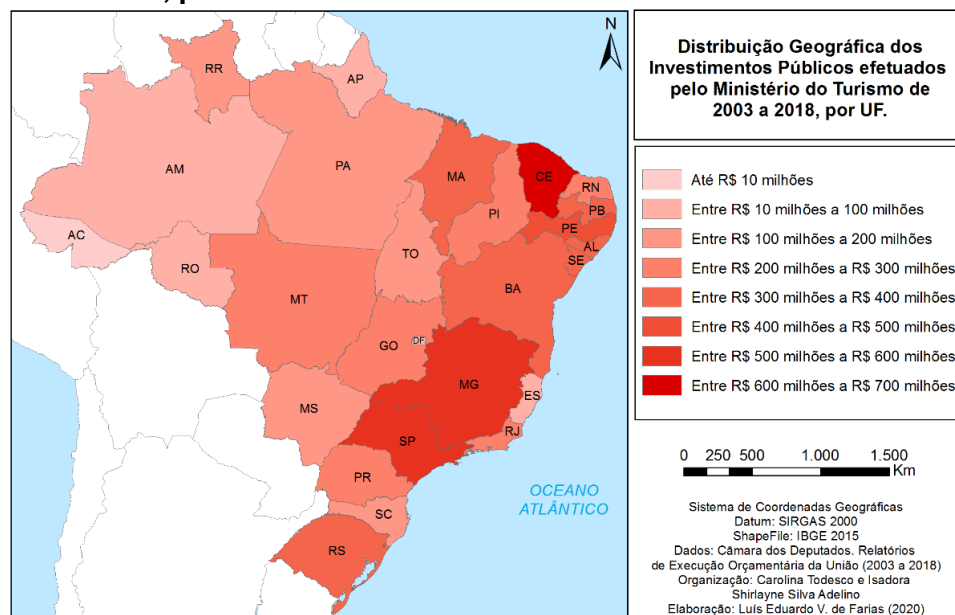
As regiões Sul, Centro-Oeste e Norte ficaram à margem dos investimentos efetuados pelo MTur ao longo dos 17 anos, captando apenas 4,8%, 3,8% e 3,5%, respectivamente. Verifica-se que o padrão do perfil dos investimentos nessas regiões se repete, ou seja, concentra-se em infraestrutura e, em segundo lugar, em promoção turística.

Mapa 1. Distribuição Geográfica dos Investimentos Públicos efetuados pelo MTur de 2003 a 2018, por Macrorregião.



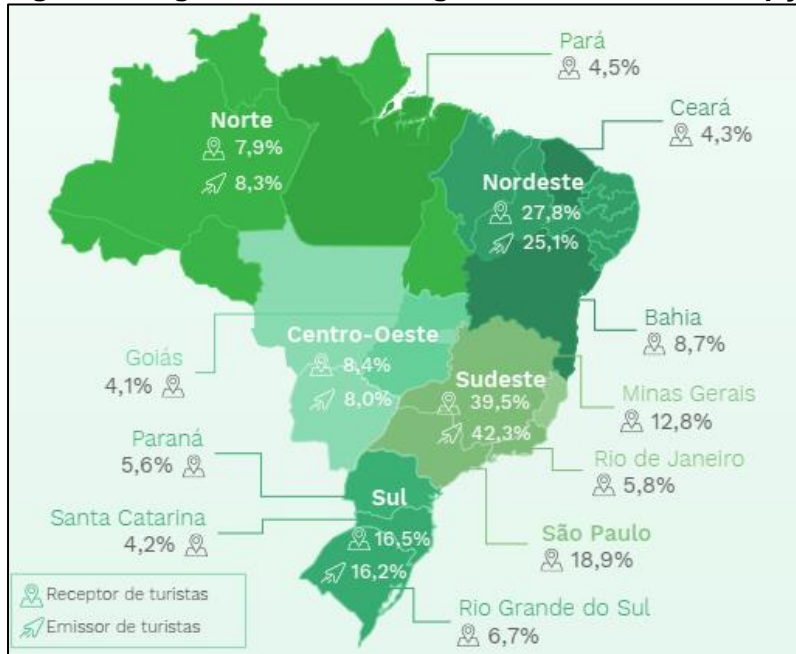
Do total de R\$ 17,0 bilhões, é possível identificar os estados receptores de apenas R\$ 6,8 bilhões dos investimentos, pois a outra parte dos gastos é informada apenas a macrorregião ou “nacional”. Desse recurso passível de ser localizado por UF, verifica-se que os estados do Ceará, Minas Gerais e São Paulo concentraram recursos na ordem de R\$ 500,0 milhões a R\$ 700,0 milhões cada; Pernambuco, Paraíba, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Sul, Maranhão e Sergipe abarcaram entre R\$ 300 milhões a R\$ 450 milhões cada (mapa 2). No caso do Sudeste, o Espírito Santo é preterido, assim como o estado de Santa Catarina na região Sul e os estados do Piauí e Rio Grande do Norte na região Nordeste.

Mapa 2. Distribuição Geográfica dos Investimentos Públicos efetuados pelo MTur de 2003 a 2018, por UF.



É notório o baixo investimento em turismo em todos os estados da região Norte e Centro-Oeste. Ambas as regiões são as que captam as menores porcentagens dos fluxos turísticos nacionais, conforme dados do Ministério do Turismo (2019). A região Sudeste detém 39,5% e o Nordeste 27,8% do fluxo de turistas, enquanto o Norte recebe 7,9% e o Centro-Oeste 8,4% (figura 2).

Figura 2. Regiões do Brasil, segundo a emissão e recepção de turistas (2019).



Fonte: MTur, 2019.

Por fim, ao buscar informações sobre os municípios receptores dos investimentos, foi possível rastrear, nos Relatórios de Execução Orçamentária da União de 2003 a 2018, o destino de R\$ 1,711 bilhão, ou seja, de apenas 10,1% do total investido, o que compromete a análise. Desta forma, mesmo sendo um dos objetivos da pesquisa identificar a distribuição geográfica dos investimentos em turismo efetuados pelo MTur em escala municipal, foi inviável atingi-lo diante da escassez do detalhamento das informações disponíveis nos Relatórios de Execução Orçamentária da União.

Considerações Finais

Tendo em vista que o orçamento público é um instrumento capaz de tornar factível, ou não, as ações governamentais, se faz pertinente investigar a execução orçamentária para compreender a atuação do governo brasileiro na área do turismo. Desta forma, o intuito da pesquisa era identificar o destino e o perfil dos investimentos públicos efetuados pelo Ministério do Turismo no período de 2003 a 2018.

Em relação ao perfil dos investimentos, conclui-se que a área de Infraestrutura Básica e Turística concentrou 68,2% do total dos recursos aplicados pelo MTur. A segunda área de maior investimento é a de Promoção Turística (18,4%), e as áreas menos privilegiadas são Gestão e Planejamento (3,7%), Qualificação dos Serviços (2,2%), Comercialização de Produtos (0,8%) e Estudos e Sistemas de Informação (0,4%).

A maior dificuldade da pesquisa foi obter informações detalhadas sobre as localidades receptoras dos recursos, tendo em vista que a principal fonte de informações sobre o orçamento do MTur, os Relatórios de Execução Orçamentária da União, utiliza-se da

denominação “nacional” para informar a localidade de 53,4% dos gastos efetuados e somente para 10,1% dos recursos é possível identificar o município receptor do investimento. Esse fato revela a falta de transparência sobre a destinação dos recursos públicos no Brasil, o que gera enormes obstáculos para a realização de pesquisas orçamentárias em turismo.

Do total dos investimentos efetuados pelo MTur de 2003 a 2018, a pesquisa conseguiu revelar o destino de 41% dos recursos por macrorregiões. O Nordeste foi a região que concentrou os investimentos públicos em turismo (20,4%), distribuídos especialmente para os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia e Alagoas. A região Sudeste captou 8,6% dos recursos, com destaque para os estados de Minas Gerais e São Paulo.

A região Sul, apesar de possuir importantes destinos turísticos nacionais e internacionais, recebeu 4,8% dos investimentos, resta investigar se esse fato se deve ao desempenho do poder político da região no rateio dos investimentos no Congresso Nacional, e/ou se deve ao fato de ser uma região que carece menos de investimentos em infraestrutura básica e turística.

Os estados mais negligenciados em relação aos investimentos públicos em turismo no Brasil são os estados da região Centro-Oeste e Norte, que abarcaram respectivamente 3,8% e 3,5% dos recursos no decorrer de 17 anos de atuação do Ministério do Turismo.

A região Centro-Oeste e Norte estão na periferia dos investimentos públicos em turismo e na periferia dos fluxos turísticos, tal constatação abre novas possibilidades de investigação. Afinal, quais são as razões para tamanha negligência com ambas as regiões: baixa potencialidade turística? Falta de representatividade política no Congresso Nacional para a disputa de recursos no setor? Escassez de recursos do MTur que opta por redirecionar os investimentos em regiões turísticas já consolidadas? Enfim, a pesquisa deixa em aberto questões para novas frentes de trabalho.

Referências

- Abreu, C. R., & Câmara, L. M. (2015). O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. *Revista de Administração Pública*, 49(1), 73-90.
- Abreu, W. M. de, Neiva, V. M., & Lima, N. (2012). Modelos de tomada de decisão no processo orçamentário brasileiro: uma agenda de pesquisas. *Revista do Serviço Público*, 63(2), 135-155.
- Brasil, H. G. (1993). Processo decisório e a questão orçamentária: uma analogia. *Revista Administração Pública*, 27(3), 115-146.
- Caiden, N., & Wildavsky, A. (1980). *Planning and budgeting in developing countries*. New York: John Wiley.
- Cruz, R. C. A. (2001). *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto.
- Cruz, R. C. A. (2018). Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. *Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 36. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.13707>.
- Fayissa, B., Nsiah, C., & Tadesse, B. (2011). Research note: tourism and economic growth in Latin American countries – further empirical evidence. *Tourism Economics*, 17(6), 1365–1373.
- Fittipaldi, I., Costa, S. F., & Araújo, C. M. C. (2017). O gasto público federal brasileiro: um perfil incrementalista? *Rev. Serv. Público*, 68(3), 611-630.

- Fortis, M. F., & Gasparini, C. E. (2017). *Plurianualidade orçamentária no Brasil: diagnóstico, rumos e desafios*. Brasília, DF: Enap.
- Key Jr., V. O. (1940). The lack of a budgetary theory. *The American Political Science Review*, 34 (6), 1137-1144.
- Knafou, R. (2001). Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: Rodrigues, A. B. (Org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo, SP: Hucitec, 62-74.
- Lemos, C. C. (2013). Planejamento do turismo em âmbito federal: uma análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos no setor. *Revista de Administração Pública*, 47 (6), 1401-1427.
- Lindblom, C. E. (1959). The Science of Muddling Through. *Public Administration Review*, 19(2), 79-88.
- Lindblom, C. E. (1979). Still Muddling, Not Yet Through. *Public Administration Review*, v. 39(6), 517-526.
- Ministério do Turismo (2019). *Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro*. file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Boltim_Turismo_Domestico_Brasileiro_2020_AB-3T2019.pdf
- Nawaz, M. A., & Hassan, S. (2016). Investment and tourism: insights from the literature. *International Journal of Economic Perspectives*, 10(4), 581-590.
- Pires, J. S. D. B., & Motta, W. F. (2006). A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 2(25), 16–25.
- Rocha, D. G., Marcelino, G. F., & Santana, C. M. (2013). O orçamento público no Brasil: a utilização do crédito extraordinário como mecanismo de adequação da execução orçamentária brasileira. *Revista de Administração*, 48(4), 813-827.
- Rosentraub, M. S., & Joo, M. (2009). Tourism and economic development: Which investments produce gains for regions?. *Tourism Management*, 30, 759–770.
- Silva, R. C. (2020). *A interferência parlamentar no orçamento do Ministério do Turismo: discurso e realidade das políticas públicas de turismo no Brasil*. f. 248. Tese (Doutorado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Simon, H. (1955). A Behavioral Model of Rational Choice *The Quarterly Journal of Economics*, 69(1), 99-118.
- Tedesco, C., & Silva, R. C. (2017). Planejamento e execução orçamentária em turismo no Brasil (2003-2016). *Anais Seminário da ANPTUR*. Recuperado em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/14/751.pdf>>.
- Vieira, D. P., Hoffman, V. E., & Alberton, A. (2018) Investimentos Públicos, competitividade e desenvolvimento: um estudo em destinos turísticos brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 899-917.
- Wildavsky, A. (1961). Political implications of budgetary reform. *Public Administration Review*, 21(4), 183-190.
- Wildavsky, A. (1975). *Budgeting: a comparative theory of budgeting processes* Boston: Little Brown.